

UNESCO



# Encontrar uma solução até à conferência de Sófia

**A crise da UNESCO agudiza-se. O descontentamento alastra entre os países ocidentais. A solução pode passar pela resignação de M'Bow.**

«**A**inda cá estamos e isso já é razão para nos congratularmos.»

Uma funcionária britânica da UNESCO respondia assim à tradicional e protocolar pergunta «Como está?» feita por um compatriota de visita à sede da organização, na Rua de Miollis, em Paris, ao encontrá-la num elevador. O visitante chegava, entretanto, ao andar a que se destinava e não teve tempo para mais do que para um encolher de ombros. De cumplicidade? De compreensão?

Eram finais de Março. Muitos dos funcionários viam terminar daí a dias os seus contratos bienais ou trienais, sem saberem se seriam renovados. A meio do mês tinham sido informados de que só depois de feitas contas à nova situação criada pela retirada efectiva dos Estados Unidos desde 1 de Janeiro (menos 25 por cento das receitas ordinárias da organização) poderiam ser tomadas decisões quanto à manutenção ou à dispensa de pessoal. E não compreendiam. A decisão de saída dos Estados Unidos era conhecida há 15 meses, tempo suficiente para reformular todas as contas e estar em condições de tomar uma decisão atempada, mas nesse período os quadros ainda tinham sido sobrecarregados com 262 novos funcionários.

O incidente, de relativa gravidade, simboliza, porém, o ambiente que se vive na UNESCO. No mesmo dia, o pessoal afadigava-se pelos corredores dos edifícios à procura do «Le Monde». Pela segunda vez na mesma semana, o vespertino parisiense dedicava um artigo à situação na UNESCO, desta vez tomando como pretexto a tradicional reunião, em Genebra, dos doze principais contribuintes ocidentais da organização — Alemanha Federal, Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Suíça e Países Baixos (responsáveis por cerca de 70 por cento das receitas ordinárias da Organização). Uma reunião em que se procurava acordo sobre medidas a solicitar ao

director-geral M'Bow que permitissem evitar a transformação da crise, já longa de vários meses, em catástrofe.

**O**s Estados Unidos decidiram abandonar a UNESCO a partir de 1 de Janeiro de 1985 alegando, por um lado, má gestão dos fundos da Organização pela actual Direcção-Geral e, por outro lado, uma orientação excessivamente politizada, contrária aos interesses do Ocidente e prejudicial para os objectivos da UNESCO.

Ao longo de 1984, foram empreendidas frouxas tentativas para estabelecer um programa de reformas capaz de satisfazer os Estados Unidos e de os fazer reconsiderar a decisão. O suíço Bohler, director-geral adjunto, foi encarregado de coordenar uma comissão para o estudo dessas reformas. Sem resultados visíveis, pelo menos em tempo oportuno. Simultaneamente, porém, o director-geral M'Bow optava por uma atitude de força. Em declarações públicas, qualificava de incompetente e ignorante o embaixador dos Estados Unidos que chefiara a missão daquele País até à retirada. No plano institucional, desafiava aquela potência, propondo-se fazê-la sentar-se no banco dos réus do Tribunal Internacional de Haia sob a acusação de não satisfazer os seus compromissos para com a Organização.

Entende M'Bow que, realizando-se a Conferência Geral da Organização de dois em dois anos, nenhum país pode retirar-se sem manter as respectivas contribuições durante os dois anos seguintes ao do anúncio da decisão. Mas tal interpretação está longe de ser pacífica: o tratado de adesão foi redigido quando a Conferência Geral ainda se reunia anualmente e, portanto, os orçamentos eram aprovados para doze meses.

É este diferendo que justifica ter-se chegado, agora, à situação em que a organização se vê, com um orçamento para 1985 em que se contava, no capítulo das receitas, com a quotização norte-americana que, afinal, não se concretizou.

**E**ntretanto, a situação de descontentamento alastrou. Países como Singapura, a Grã-Bretanha, os Países Baixos e a Alemanha Federal formularam avisos oficiais do seu descontentamento, a Dinamarca e a Islândia interrogam-se sobre a sua permanência na Organização, embora sem terem formulado qualquer aviso oficial. Para além da leitura da situação que fazem os respectivos governos nacionais, crescem pressões da opinião pública e da imprensa, cada vez mais críticas relativamente à gestão da Organização. Notícias de que a comunicação interna na UNESCO passou a estar sujeita a medidas de censura (o boletim da Associação dos funcionários foi impedido de circular) e do avanço da propaganda soviética na sede (a pretexto dum concurso patrocinado pela Aeroflot que oferece como prémios viagens a Moscovo, o edifício da Place de Fontenoy encheu-se de cartazes sobre a participação da União Soviética na Segunda Guerra Mundial) só têm contribuído para agravar a situação.

Os «doze de Genebra» não tomaram decisões concretas, mas a reunião produziu, ainda assim, indicações importantes. A França endureceu a sua posição relativamente à direcção-geral, condicionando a entrega suplementar de dois milhões de dólares anteriormente prometida ao anúncio de medidas satisfatórias de reforma, ao mesmo tempo que começa a dizer que o importante é salvar a Organização e não os homens...

Círculos diplomáticos próximos da UNESCO entendem que a solução tem que ser encontrada até à próxima Conferência Geral, no Outono. Uma Conferência Geral marcada para Sófia, cidade que continua a ser contestada.

Até lá — dizem — esgotar-se-á a paciência dos ocidentais, especialmente dos que se mostram mais inquietos. As soluções a encontrar devem ir-se desenhando nas próximas reuniões do Conselho Executivo (Junho e Outubro). Na opinião de muitos, elas passam pela descoberta duma saída airosa que permita a M'Bow, o único dirigente supremo africano duma organização mundial, sair com honra antes de terminar o mandato para que foi eleito (1987). E poderiam ser os próprios países africanos e alguns não-alinhados da América Latina e Central a aconselhar M'Bow a retirar-se, eles próprios preocupados com o futuro da UNESCO e com a falta que ela poderá vir a fazer-lhes caso se desmorone ou se quede completamente dominada, quanto mais não seja economicamente, pelo Leste.

É, quiçá, para facilitar uma tal saída que os países ocidentais, mesmo os mais críticos, se abstêm de atacar politicamente M'Bow, preferindo limitar as suas queixas a questões técnicas e de gestão. ■

Freitas e Silva, em Paris